



Estratégia
Concursos

1º SIMULADO

TJRJ

**TÉCNICO DE ATIVIDADE
JUDICIÁRIA**

PÓS-EDITAL

Simulado Especial

1º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-07-03>

01 – (A) (B) (C) (D) (E)
02 – (A) (B) (C) (D) (E)
03 – (A) (B) (C) (D) (E)
04 – (A) (B) (C) (D) (E)
05 – (A) (B) (C) (D) (E)
06 – (A) (B) (C) (D) (E)
07 – (A) (B) (C) (D) (E)
08 – (A) (B) (C) (D) (E)
09 – (A) (B) (C) (D) (E)
10 – (A) (B) (C) (D) (E)
11 – (A) (B) (C) (D) (E)
12 – (A) (B) (C) (D) (E)
13 – (A) (B) (C) (D) (E)
14 – (A) (B) (C) (D) (E)
15 – (A) (B) (C) (D) (E)
16 – (A) (B) (C) (D) (E)
17 – (A) (B) (C) (D) (E)
18 – (A) (B) (C) (D) (E)
19 – (A) (B) (C) (D) (E)
20 – (A) (B) (C) (D) (E)

21 – (A) (B) (C) (D) (E)
22 – (A) (B) (C) (D) (E)
23 – (A) (B) (C) (D) (E)
24 – (A) (B) (C) (D) (E)
25 – (A) (B) (C) (D) (E)
26 – (A) (B) (C) (D) (E)
27 – (A) (B) (C) (D) (E)
28 – (A) (B) (C) (D) (E)
29 – (A) (B) (C) (D) (E)
30 – (A) (B) (C) (D) (E)
31 – (A) (B) (C) (D) (E)
32 – (A) (B) (C) (D) (E)
33 – (A) (B) (C) (D) (E)
34 – (A) (B) (C) (D) (E)
35 – (A) (B) (C) (D) (E)
36 – (A) (B) (C) (D) (E)
37 – (A) (B) (C) (D) (E)
38 – (A) (B) (C) (D) (E)
39 – (A) (B) (C) (D) (E)
40 – (A) (B) (C) (D) (E)

41 – (A) (B) (C) (D) (E)
42 – (A) (B) (C) (D) (E)
43 – (A) (B) (C) (D) (E)
44 – (A) (B) (C) (D) (E)
45 – (A) (B) (C) (D) (E)
46 – (A) (B) (C) (D) (E)
47 – (A) (B) (C) (D) (E)
48 – (A) (B) (C) (D) (E)
49 – (A) (B) (C) (D) (E)
50 – (A) (B) (C) (D) (E)
51 – (A) (B) (C) (D) (E)
52 – (A) (B) (C) (D) (E)
53 – (A) (B) (C) (D) (E)
54 – (A) (B) (C) (D) (E)
55 – (A) (B) (C) (D) (E)
56 – (A) (B) (C) (D) (E)
57 – (A) (B) (C) (D) (E)
58 – (A) (B) (C) (D) (E)
59 – (A) (B) (C) (D) (E)
60 – (A) (B) (C) (D) (E)

PORTUGUÊS**TEXTO I**

Terminar um relacionamento ou não corresponder ao amor de alguém fez com que milhares de mulheres tivessem suas vidas ceifadas nos últimos anos. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2016 e 2018 foram mais de 3,2 mil mortes no país. Além disso, estimativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), indica que, no mesmo período, mais de 3 mil casos de feminicídio não foram notificados.

O crime é um assassinato qualificado, incluído no Código Penal em 2015, que trouxe mais segurança jurídica para as mulheres e familiares ao tipificar com penas mais severas quem comete feminicídio. Mesmo assim, o número de mortes desse tipo aumenta a cada ano.

"O feminicídio é um tipo de crime doloso, aquele em que há intenção de matar. É o assassinato de uma mulher em razão de gênero, da condição do sexo feminino. O autor do fato, geralmente, é pessoa próxima à vítima, não necessariamente tem uma relação amorosa, mas quer demonstrar uma superioridade em relação à mulher", explica o advogado criminalista David Metzker, sócio da Metzker Advocacia.

O Anuário Brasileiro mostra que, no ano seguinte à tipificação do crime no Código Penal, houve o registro 929 feminicídios no país. Nos dois anos seguintes, em 2017 e 2018, foram 1.075 e 1.206 casos, respectivamente. A tendência é também de crescimento em 2019, ano não incluído na análise. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, até agosto de 2019, 2.357 mulheres foram assassinadas com dolo (não necessariamente por feminicídio). No Distrito Federal, 33 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2019.

Metzker explica que o assassino somente responderá pelo crime de feminicídio após o indiciamento ou denúncia por parte do Ministério Público. "Depois que iniciarem as investigações e elas apontem indícios de feminicídio, o delegado conclui se houve essa prática. Mas quem trará a certeza inofismável é o Judiciário, ao confirmar através de sentença", assinala. O crime é punível com 12 a 30 anos de reclusão e a pena pode ser aumentada em até 50%, caso o crime seja praticado quando a mulher estiver grávida ou até três meses após o parto, na presença da família da vítima ou contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência.

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/01/01/inter-na-brasil,817587/em-tres-anos-3-200-mulheres-foram-vitimas-de-femicidio-no-brasil.shtml>

01. De acordo com o texto, o feminicídio é

- a) o homicídio violento de vítimas do sexo feminino
- b) a razão da maior parte das mortes registradas nos últimos anos
- c) tipo de homicídio doloso ou culposo em razão do sexo
- d) o homicídio motivado por vingança após término de relacionamento

e) o assassinato de vítima do sexo feminino em razão de ser mulher

02. Segundo as ideias veiculadas no texto,

- a) o homicídio de mulheres não era crime até 2015
- b) em 2016, registraram-se 929 feminicídios no Brasil
- c) em 2019, 2.357 mulheres foram vítimas de feminicídio
- d) o estado gravídico da vítima pode atenuar a pena
- e) o Distrito Federal registrou a maior média de feminicídios

03. Verifica-se a ocorrência de linguagem figurada em:

- a) mais de 3 mil casos de feminicídio não foram notificados. (1º parágrafo)
- b) O crime é punível com 12 a 30 anos de reclusão (5º parágrafo)
- c) 2.357 mulheres foram assassinadas com dolo (4º parágrafo)
- d) milhares de mulheres tivessem suas vidas ceifadas (1º parágrafo)
- e) O crime é um assassinato qualificado (2º parágrafo)

04. Em cada uma das próximas opções, é apresentada uma proposta de reescrita para o seguinte período do texto I: "Metzker explica que o assassino somente responderá pelo crime de feminicídio após o indiciamento ou denúncia por parte do Ministério Público."

Assinale a opção que apresenta proposta de reescrita que preserve o sentido original e a correção gramatical do texto.

- a) O assassino só responderá pelo crime de feminicídio após o indiciamento ou denúncia por parte do Ministério Público, esclarece Metzker.
- b) Metzker esclareceu que só o assassino responderá pelo crime de feminicídio após o indiciamento ou denúncia por parte do Ministério Público.
- c) Explica Metzker, que o assassino responderá unicamente pelo crime de feminicídio na sequência do indiciamento ou denúncia por parte do Ministério Público
- d) O suspeito responderá somente, pelo crime de feminicídio após, o indiciamento ou denúncia por parte do Ministério Público, segundo Metzker.
- e) O assassino só responderá por homicídios depois do indiciamento ou denúncia por parte do Ministério Público, esclarece Metzker.

05. No último parágrafo, o vocábulo “insofismável” foi empregado com sentido de
- irrecorrível
 - irrefutável
 - indisponível
 - infungível
 - falaciosa
06. que trouxe mais segurança jurídica para as mulheres e familiares (2º parágrafo)
- O sujeito da forma verbal destacada e classificado como
- indeterminado
 - oculto
 - simples
 - apassivador
 - composto
07. A oração “ao tipificar com penas mais severas” (2º parágrafo) indica no texto uma ideia de
- causa
 - consequência
 - tempo
 - conformidade
 - finalidade
08. Manteria a correção gramatical e o sentido original do texto a supressão da vírgula
- após “Mesmo assim” (2º parágrafo)
 - após “Anuário Brasileiro de Segurança Pública” (1º parágrafo)
 - antes de “geralmente” (3º parágrafo)
 - antes de “sócio da Metzker Advocacia” (3º parágrafo)
 - após “2015” (2º parágrafo)
09. Assinale a alternativa abaixo que traz a mesma função sintática que o termo sublinhado em “o número de mortes desse tipo aumenta a cada ano” (2º parágrafo)
- houve o registro 929 feminicídios no país
 - Mas quem trará a certeza insofismável é o Judiciário
 - o delegado conclui se houve essa prática
 - A tendência é também de crescimento em 2019
 - aquele em que há intenção de matar

10. Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto I, a forma verbal em “houve o registro 929 feminicídios no país” (4º parágrafo) poderia ser substituída por
- existe
 - teve
 - ocorreu
 - tiveram
 - existem

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

11. Assinale a opção que não apresenta um órgão do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, segundo a Lei Municipal nº 6.956/2015, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (LODERJ):
- Juizados do Torcedor e Grandes Eventos Esportivos.
 - Tribunal Pleno
 - Órgão Especial.
 - Seções Especializadas.
 - Câmaras.
12. De acordo com a LODERJ, o Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de 180 Desembargadores. Sobre esse assunto, marque a alternativa incorreta:
- Os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto serão providos por ato do Presidente do Tribunal de Justiça ou do Governador do Estado, na forma e nos casos estabelecidos pelas Constituições da República e do Estado.
 - A carreira da magistratura, em primeira instância, é composta por Juizes Substitutos, Juizes de Entrância Comum e Juizes de Entrância Especial.
 - Os Juizes Substitutos terão exercício pleno nas Regiões Judiciárias, inclusive a Comarca da Capital.
 - Os Juizes de Entrância Comum serão titulares nas Varas e Juizados das Comarcas de mesma denominação e dos cargos de Juizes Regionais.
 - O Presidente do Tribunal de Justiça poderá convocar, a qualquer tempo, em face de imperiosa necessidade do serviço, Juizes de Direito Titulares de Entrância Especial, integrantes da primeira quinta parte da antiguidade, para compor as Câmaras.

13. A Lei n.º 4.620/2005:

- I cria as carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, que passam a ser regidas pelas disposições desta Lei.
- II estabelece que o desenvolvimento do serventuário nas carreiras de que trata esta Lei ocorrerá entre os padrões remuneratórios, a cada 03 anos, mediante promoção ou progressão funcional.
- III prevê que a promoção ou progressão funcional deverá atender os critérios e pré-requisitos estabelecidos em Regulamento, observado o interstício de 3 anos.
- IV define que o provimento dos cargos em comissão, de direção, chefia e assessoramento, será reservado no mínimo de 50%, exclusivamente, para os serventuários ativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Estão certos apenas os itens

- a) I, II e III.
b) II e III.
c) I e IV.
d) I, apenas.
e) II e III.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

14. De acordo com as disposições do Decreto-Lei nº 220/1975, que dispõe sobre o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que serão concedidas licenças ao servidor:

- a) para tratamento de saúde, sem vencimento e vantagens, pelo prazo máximo de vinte e quatro meses.
- b) por motivo de doença em pessoa da família, com vencimento e vantagens integrais nos primeiros doze meses, improrrogáveis, ainda que com redução do vencimento;
- c) à gestante, com vencimentos e vantagens, pelo prazo de seis meses, prorrogável, no caso de aleitamento materno, por no mínimo trinta e no máximo noventa dias, mediante a apresentação de laudo médico circunstanciado;
- d) com vencimento, para desempenho de mandato eletivo.
- e) com vencimentos proporcionais, para trato de interesses particulares.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

15. A Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro inclui, **EXCETO**:

- a) Tribunal Pleno e o seu Órgão Especial;
b) Conselho da Magistratura;
c) Juízos de Primeiro Grau de Jurisdição;
d) Técnicos e Analistas Jurídicos
e) Vice-Presidências do Tribunal de Justiça;

16. Ao Gabinete da Presidência cabe a missão de contribuir para o desempenho das atividades administrativas, políticas e de representação da Presidência, projetando e fortalecendo a imagem institucional do Poder Judiciário, incumbindo-lhe, **EXCETO**:

- a) propor ações e procedimentos que auxiliem o processo decisório da Administração Judiciária;
b) dirigir, orientar e coordenar atividades que atendam, com presteza e permanência, ao Chefe do Poder Judiciário no desempenho de suas funções;
c) supervisionar e controlar a recepção, a seleção e o encaminhamento de expediente e correspondência do Chefe do Poder Judiciário;
d) promover contatos com órgãos internos e externos, necessários às atividades da Presidência, inclusive para a criação, a transformação e a instalação de Comarca, Vara ou Juizado Especial;
e) promover e divulgar, externamente, as atividades realizadas pelas diversas unidades subordinadas.

17. Ao Tribunal Pleno, integrado por 180 (cento e oitenta) Desembargadores, compete, **EXCETO**:

- a) eleger o Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, o Vice-Presidente.
- b) eleger o Diretor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.
- c) escolher os candidatos ao quinto constitucional do Ministério Público e da Advocacia que integrarão a lista tríplice.
- d) eleger 2 (dois) Desembargadores e 2 (dois) Juízes de Direito para integrarem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e seus respectivos suplentes.
- e) elaborar a lista tríplice de advogados para nomeação pelo Presidente da República para comporem o Tribunal Regional Eleitoral.

18. Ao Tribunal Pleno, integrado por 180 (cento e oitenta) Desembargadores, compete processar e julgar, originariamente, **EXCETO**:

- a) o Vice-Governador e os Deputados Estaduais, nos crimes comuns.
- b) os Secretários de Estado, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, estes quando não conexos com os do Governador.
- c) os Juízes Estaduais e os membros do Ministério Público, os Procuradores-Gerais do Estado, da Assembleia Legislativa e da Defensoria Pública, tão somente nos crimes comuns.
- d) os habeas corpus, quando o coator for o Governador do Estado ou quando se tratar de crime sujeito à competência originária do Tribunal, desde que o coator não seja membro deste.
- e) os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias e administrativas, quando forem interessados o Tribunal de Justiça, o Governador ou Órgãos do Poder Legislativo.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. A Lei nº 13.146/2015 assegura que a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário. Algumas finalidades são exclusivas e outras são estendidas ao acompanhante ou atendente pessoal. Assinale a alternativa que indica os direitos que não são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente:

- a) proteção e socorro em quaisquer circunstâncias e acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- b) recebimento de restituição de imposto de renda e atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.
- c) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.
- d) disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
- e) recebimento de restituição de imposto de renda e tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

20. Assinale a alternativa que estabelece corretamente as características de moral.

- a) A moral resulta do conjunto de leis, costumes e tradições de uma sociedade e é subordinada a ética comportamental definida em regras constitucionais.
- b) Entende-se por moral, um conjunto de regras consideradas válidas para uma maioria absoluta, que valem-se dela para impor conduta ética aos demais cidadãos.
- c) A moral é mutável e varia de acordo com o desenvolvimento de cada sociedade. Ela norteia os valores éticos na Administração Pública.
- d) A moral é mais flexível do que a lei, por variar de indivíduo para indivíduo, e afeta diretamente a prestação dos serviços públicos por criar condições para uma ética flexível no atendimento às necessidades básicas da população.
- e) A ética confunde-se com a moral como um dos parâmetros para a avaliação do grau de desenvolvimento de determinada sociedade e, conseqüente, padronização da prestação dos serviços públicos comunitários.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. A respeito da organização da administração, julgue os itens a seguir.

- I. A descentralização é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica.
- II. Na descentralização por outorga, um contrato é firmado para a transferência da competência de execução dos serviços, por conta e risco do delegatário, mediante fiscalização estatal.
- III. O controle finalístico é exercido pela administração direta sobre a indireta, objetivando garantir que a entidade administrativa esteja realizando adequadamente as atividades para a qual se destinam, em típica relação hierárquica.
- IV. A nomeação dos dirigentes das autarquias vinculadas ao Poder Executivo cabe ao respectivo chefe deste Poder, mas o ordenamento jurídico poderá exigir que o nome indicado passe pela aprovação do Poder Legislativo, antes de sua nomeação.

Está correto o que se afirma apenas no(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) I, II, III e IV.

22. Os atos administrativos podem ser corretamente classificados como atos

- a) inexistentes, quando possuem apenas aparência de manifestação de vontade da administração, mas que não constituem a vontade do Estado ou de seus representantes.
- b) válidos, mesmo que praticados sem a observância de todos os requisitos legais, relativos aos seus elementos, devido à presunção de legitimidade.
- c) nulos, ainda que apresentem defeitos sanáveis, passíveis de convalidação.
- d) anuláveis, que são aqueles que possuem vícios sanáveis ou insanáveis, esses últimos não passíveis de convalidação.
- e) vinculados, quando a lei determinar mais de um comportamento possível a ser escolhido pelo administrador segundo seus critérios de conveniência ou oportunidade.

23. A Lei nº 9.784/1999, que rege o processo administrativo em âmbito federal, dispõe corretamente que

- a) o administrado tem o dever de ser assistido por advogado, pois sempre é obrigatória a representação, por força de lei.
- b) o requerimento inicial do processo administrativo não necessita da identificação do interessado ou de quem o represente.
- c) a decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação, se a situação fática assim permitir.
- d) nos casos em que não houver competência específica prevista em lei, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
- e) a avocação de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior é permitida, desde que seja temporária, excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados.

24. Os agentes públicos são, segundo a doutrina, as pessoas físicas incumbidas do exercício de alguma função estatal. Sobre a disciplina dos agentes públicos no direito administrativo brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) os membros dos tribunais de contas são considerados agentes políticos para efeitos da não incidência da súmula vinculante nº 13, que veda o nepotismo na administração pública.
- b) os servidores públicos, em sentido estrito, ocupam cargos estatutários ou cargos celetistas, a depender da natureza jurídica da entidade em que trabalham, se pública ou privada.
- c) os empregados públicos firmam seu vínculo com a administração através da lei, com regras predominantemente públicas, mescladas com normas de direito privado.
- d) os magistrados se enquadram no conceito de agentes políticos, que são aqueles que exercem funções atribuídas constitucionalmente, com liberdade funcional e prerrogativas próprias.
- e) os agentes honoríficos, que prestam serviço por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, formam um vínculo temporário com a administração.

25. Acerca da Lei nº 8.666/1993, que estabelece normas gerais sobre licitação, podemos afirmar que

- a) atualmente, suas disposições aplicam-se integralmente às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
- b) o pregão é a modalidade licitatória utilizada para as compras de bens e contratação de serviços comuns, mas não pode ser utilizado pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem dispor de procedimento próprio para esse tipo de contratação.
- c) as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da administração pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, sem exceção.
- d) a proposta mais vantajosa nem sempre será a de menor preço, existindo situações em que algumas propostas, ainda que com valores mais elevados do que outras, serão mais vantajosas para a administração.
- e) na licitação, é vedado o estabelecimento de tratamento diferenciado, inclusive no que diz respeito à margem de preferência.

26. Em relação à responsabilidade civil estatal, é correto afirmar que o Estado responde pelos atos de tabeliões que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, na modalidade

- a) objetiva e integral, ou seja, não subsistindo responsabilidade em regresso ao agente delegado.
- b) primária, porém subsidiária, quando o agente não possuir meios de arcar com a indenização.
- c) objetiva, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, inclusive respondendo por improbidade administrativa no caso de omissão deste dever.
- d) secundária e solidária, respondendo juntamente com o agente em qualquer caso.
- e) primária, subjetiva e subsidiária, dependente, em todos os casos, da comprovação de dolo ou culpa na conduta do tabelião.

27. Acerca do controle exercido pelo Poder Judiciário sob os atos administrativos dos demais Poderes, assinale a afirmativa correta:

- a) abrange os aspectos de legalidade, legitimidade, o que inclui a análise dos aspectos de mérito, como a conveniência ou oportunidade quanto à edição do ato.
- b) é um controle de legalidade e legitimidade, o que inclui a análise quanto à observância dos princípios administrativos, como a moralidade, razoabilidade e proporcionalidade.

c) pode ocorrer tanto de ofício, ou seja, por iniciativa própria, quanto por provocação das partes interessadas na anulação do ato.

d) diante de um ato ilegal, ilegítimo ou imoral, caberá ao Poder Judiciário anular ou revogar o ato administrativo.

e) a revogação de ato administrativo praticado pela administração, quando realizada pelo Poder Judiciário, deverá necessariamente ter sido requerida pelas partes interessadas.

28. Os poderes administrativos funcionam como instrumentos ou mecanismos por meio dos quais o Poder Público deve perseguir o interesse da coletividade. Sobre esse tema, é correto afirmar que

a) a delegação dos poderes administrativos é permitida às entidades com personalidade jurídica de direito público ou privado, em todas as suas dimensões.

b) o excesso de poder ocorre quando o agente atua de forma contrária à finalidade explícita ou implícita na lei que determinou ou autorizou o ato.

c) o desvio de poder ocorre quando o agente público atua fora dos limites de sua esfera de competência.

d) com base no poder disciplinar, podem ser impostas sanções aos servidores públicos e também a particulares que tenham ou não vínculo específico com a administração.

e) o abuso de poder pode se manifestar tanto por meio de condutas comissivas quanto por condutas omissivas, ou seja, quando o agente deixa de atuar quando estava legalmente obrigado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Determinada lei federal dispôs acerca da criação de um novo Conselho Profissional, o qual cuidaria de regulamentar a profissão de músico e estabelecer limites, condições e eventuais penalidades ao exercício ilegal da atividade. Estaria de acordo as disposições insertas na atual Carta Política, bem como com o entendimento jurisprudencial sobre o assunto, o que se afirma em:

- a) A lei em questão deve ser declarada inconstitucional, já que restrições desarrazoadas ao direito social fundamental à liberdade profissional não são admitidas no ordenamento jurídico pátrio.
- b) A lei federal está em plena consonância com a competência reservada à União para legislar sobre Direito do Trabalho e, conseqüentemente, sobre condições para o exercício profissional.
- c) Não há razão que justifique a imposição de restrições à atividade de músico, o que torna evidente a inconstitucionalidade da norma de criação do Conselho com tais atribuições, ainda que por meio de lei.
- d) Por se tratar de norma de eficácia contida, pressupõe-se que a prática profissional, embora seja ampla, não impede que entidades com competências normativas próprias disciplinem livremente as condições para o exercício de quaisquer atividades.
- e) O Conselho, caso verifique a existência de potencial ameaça aos direitos inerentes à respectiva categoria profissional, poderá ajuizar ação popular em favor de seus associados.

30. Suponha que, no dia 20/02/2020, o Presidente da República tenha enviado projeto de lei ao Congresso Nacional, propondo o aumento da remuneração dos servidores do Poder Executivo, com efeitos financeiros a partir de 20/02/19. Segundo o que estabelece a Constituição da República e a orientação jurisprudencial em torno do tema, é possível concluir que:

- a) A despeito da previsão de efeitos retroativos, caso o projeto seja aprovado, a norma resultante terá impacto apenas em relação a situações futuras, uma vez que somente leis penais benignas podem retroagir.
- b) Em respeito ao princípio da isonomia, a lei que concede benefícios a seus destinatários deverá, obrigatoriamente, retroagir, independentemente de expressa previsão em seu texto.
- c) O projeto em questão não poderá prever que situações alcançadas pelo direito adquirido sejam modificadas pelo incremento da remuneração.

- d) A União não poderá invocar, perante o STF, a inconstitucionalidade da retroatividade da futura lei.
- e) Em respeito ao ato jurídico perfeito, qualquer modificação, no que diz respeito ao regime jurídico e à remuneração de servidores, não serão aplicáveis aos atuais, mas apenas aos futuros ocupantes de cargos e funções no Poder Executivo.

31. Molião é brasileiro naturalizado, tem 34 anos de idade e há 11 exerce o cargo de Procurador de Justiça. Tendo sido rejeitado para compor lista sêxtupla, a ser elaborada pelo respectivo órgão, para integrar o Superior Tribunal de Justiça, consultou seu advogado, a fim de investigar possíveis causas para a recusa de seu nome. O advogado poderia ter apontado, dentre as possíveis razões, que:

- a) Molião não atende o requisito de idade para ocupar o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, muito embora tenha completado o tempo mínimo exigido na carreira.
- b) Caso já tivessem sido preenchidas um quinto das vagas destinadas a advogados e membros do Ministério Público, não haveria, de fato, oportunidade para a escolha de membros do MP nessa ocasião.
- c) Como órgão de cúpula do Poder Judiciário, o STJ não possui ministros oriundos do MP estadual.
- d) Molião não poderia, na condição de brasileiro naturalizado, ocupar o cargo pretendido no STJ.
- e) Caso Molião não tenha integrado a primeira quinta parte da lista de antiguidade do respectivo órgão, a vedação à sua indicação terá sido acertada.

32. Considere que Dígio, professor de Geografia, ao cometer crime político, tenha sido processado e julgado pelo juiz federal competente e, inconformado com a sentença, tenha decidido interpor recurso dirigido ao TRF respectivo. Diante da situação hipotética exposta e do que determina a Constituição Federal, pode-se concluir que:

- a) A decisão proferida pelo juiz federal deveria ter sido anulada, uma vez que apenas autoridades federais possuem foro perante a justiça federal.
- b) O recurso interposto por Dígio deveria ter sido dirigido ao STF, pela via extraordinária.
- c) Dígio deveria ter questionado a decisão diretamente no STF, por meio de recurso ordinário.
- d) Dígio deveria ter interposto recurso ordinário diretamente no STJ, que é o órgão com competência recursal em caso de crime político.
- e) O julgamento da ação é, de fato, da competência originária do juiz federal, não havendo, tampouco, qualquer irregularidade no tocante ao endereçamento do recurso à instância imediatamente superior.

33. Uma das assertivas a seguir apresenta um princípio aplicável à Administração Pública, mas apenas uma delas relaciona-se corretamente ao contexto no qual se insere. Assinale-a:

- a) Os atos discricionários da Administração Pública também devem obediência ao princípio da legalidade, de forma que será lícito fazer tudo o que a norma não proíbe.
- b) Uma das vertentes do princípio da impessoalidade relaciona-se à irresponsabilidade do agente público causador de danos a terceiros, sendo imputados ao órgão em nome do qual atua quaisquer atos por ele praticados.
- c) O mandado de segurança e o habeas data são remédios constitucionais que servem não só à defesa de interesses individuais, como também à garantia ao efetivo cumprimento do princípio da publicidade e do dever de transparência por parte da Administração.
- d) O princípio da motivação exige que a Administração declare, por escrito, os motivos ensejadores da prática de todos os seus atos, de forma a viabilizar o controle de sua atuação pela sociedade.
- e) A possibilidade de edição de decretos regulamentares, pelo Chefe do Poder Executivo, configura exceção ao princípio da legalidade, à medida que dá margem à atividade normativa infralegal.

34. Suponha que o governador de determinado Estado-Membro tenha enviado projeto de lei à Assembleia Legislativa, dispondo acerca das normas de processo e julgamento de crimes de responsabilidade cometidos pelos chefes do Poderes Executivos do Estado e dos municípios localizados em seu território. De acordo com a Constituição Federal e com o entendimento do STF sobre o assunto, a referida proposta seria:

- a) Constitucional, já que legislar sobre procedimentos em matéria processual insere-se no âmbito da competência concorrente.
- b) Inconstitucional, já que a competência da Justiça Estadual deverá ser objeto de lei de iniciativa do respectivo Tribunal de Justiça, e não do governador.
- c) Inconstitucional, já que as normas de processo e julgamento de competência da Justiça Estadual devem vir discriminadas na Constituição do Estado.
- d) Inconstitucional, já que cabe à União, privativamente, legislar sobre a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.
- e) Inconstitucional, já que cada ente detém competência privativa para legislar sobre as normas de processo e julgamento de suas autoridades, não podendo o Estado invadir a esfera de atribuições municipais, no que diz

respeito aos crimes de responsabilidade cometidos por preferidos.

35. Joriel é formado em Relações Internacionais, possui mestrado em Direito Penal e, há 2 anos, atua como consultor em importante escritório de advocacia. Com próximo passo em sua carreira, deseja integrar o Ministério Público. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, Joriel:

- a) Não poderá ingressar na carreira, mas poderá exercer o cargo de Procurador-Geral da República, caso seja indicado pelo Presidente e aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal.
- b) Apenas poderá ingressar na carreira caso seja aprovado em concurso público de provas e títulos, desde que chegue a completar 3 anos de atividade jurídica.
- c) Caso venha a obter o bacharelado em Direito poderá prestar concurso para Procurador da República, devendo comprovar, ainda, 3 anos de atividade jurídica, o que não se exige para o cargo de Promotor de Justiça.
- d) Não poderá ingressar na carreira do MP, mas poderá, alternativamente, compor o Conselho Nacional do Ministério Público, desde que seja indicado pelo Presidente da República.
- e) Na atual situação não poderá ingressar na carreira e, por esse motivo, não poderá chefiar nenhum dos ramos da instituição.

36. Considerando-se as regras relacionadas ao Direito de Nacionalidade presentes na atual Constituição da República, pode-se dizer que terá adquirido a naturalização extraordinária o indivíduo:

- a) Originário de qualquer país, que possua residência ininterrupta por um ano no Brasil, além de idoneidade moral, desde que tenha solicitado a nacionalidade brasileira e obtido decisão favorável do Presidente da República.
- b) Originário de país de língua portuguesa, exceto Portugal, que possua residência ininterrupta por um ano no Brasil e idoneidade moral, de acordo com o procedimento previsto em lei.
- c) Que viva no Brasil há mais de 15 anos, desde que não apresente condenação penal e após regular procedimento judicial.
- d) Nascido no estrangeiro, filho de pai e mãe brasileiros, não registrado em repartição brasileira competente, mas que tenha residido no Brasil antes de atingida a maioridade.
- e) Estrangeiro que possua residência ininterrupta no Brasil há mais de 15 anos e não tenha sido penalmente condenado, bastando ter apresentado o pedido de aquisição da nacionalidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

37. Os princípios do contraditório e da ampla defesa representam uma garantia constitucional às partes. Em vista do que prevê o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Não se proferirá decisão contra ou a favor de uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- b) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- c) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, desde que não se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- d) O magistrado poderá decidir sobre qualquer tutela provisória de urgência e de evidência sem a oitiva das partes.
- e) O magistrado deverá ouvir a parte contrária, ainda que o direito do autor seja evidente em ação monitória, quando do deferimento da expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento e pagamento de honorários advocatícios.

38. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará algumas diretrizes. Com base no disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa que apresenta uma diretriz que não será observada:

- a) O respeito às garantias do devido processo legal no Estado requerente.
- b) A igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, residentes ou não no Brasil, em relação ao acesso à justiça e à tramitação dos processos, assegurando-se assistência judiciária aos necessitados.
- c) O sigilo processual, em respeito aos interesses estatais envolvidos.
- d) A existência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação.
- e) A espontaneidade na transmissão de informações a autoridades estrangeiras.

39. O auxílio direto aplica-se quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de deliberação no Brasil. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- a) A solicitação de auxílio direto será encaminhada pelo órgão estrangeiro interessado ao Superior Tribunal de Justiça, cabendo ao Estado requerente assegurar a autenticidade e a clareza do pedido.
- b) O auxílio direto terá como um de seus objetos a obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos jurisdicionais findos, apenas.
- c) O auxílio direto poderá ser utilizado para a colheita de provas, ainda que estas sejam utilizadas para instruir processo em curso no estrangeiro, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária brasileira.
- d) Compete ao juízo federal do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.
- e) O auxílio direto só pode ser utilizado para medidas judiciais.

40. A Advocacia Pública desempenha importante papel no processo civil. Com base nas disposições do Código, pode-se afirmar:

- a) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram apenas a administração direta.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- c) O Código de Processo Civil prevê a intimação da Advocacia Pública apenas por meio eletrônico visando a celeridade e economia processual.
- d) O benefício da contagem em dobro dos prazos será aplicado mesmo quando a lei estabelecer prazo próprio para o ente público.
- e) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.

- 41.** Sobre o tempo e o lugar dos atos processuais, é correto afirmar:
- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 18 (dezoito) horas.
 - b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário.
 - c) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até às 18 (dezoito) horas.
 - d) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo. Para fins de atendimento do prazo, considera-se o horário vigente na localidade de quem for praticar o ato.
 - e) Os atos processuais realizar-se-ão sempre na sede do juízo.
- 42.** A intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:
- a) É dever do advogado promover a intimação do advogado da outra parte por meio do correio, juntando aos autos, a seguir, cópia do ofício de intimação e do aviso de recebimento.
 - b) O ofício de intimação deverá ser instruído com cópia do despacho, da decisão ou da sentença.
 - c) A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.
 - d) As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei.
 - e) O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário.
- 43.** O mandado de segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. Conforme prescreve a Lei nº 12.016/2009, assinale a alternativa correta:
- a) A Lei não prevê a equiparação dos representantes ou órgãos de partidos políticos, pessoas jurídicas de direito privado, às autoridades coatoras.

- b) Caberá mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
 - c) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, haverá a formação de litisconsórcio necessário para requerer o mandado de segurança.
 - d) Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada, sendo desnecessária posterior apresentação do texto original da petição.
 - e) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- 44.** A ação civil pública busca a responsabilização por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, entre outras hipóteses. Com base na Lei nº 7.347/85, assinale a alternativa correta:
- a) É possível ajuizar ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos e contribuições previdenciárias, cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
 - b) O foro competente para processamento e julgamento será do local do dano, ou seja, trata-se de hipótese de competência territorial.
 - c) A ação civil terá por objeto sempre a condenação em dinheiro visando a reparação dos danos.
 - d) É possível a formação de litisconsórcio ativo entre o Ministério Público da União e o Ministério Público de um Estado.
 - e) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público será o único legitimado a assumir a titularidade ativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

45. Ao final das investigações em determinado inquérito policial, o MP promoveu pelo arquivamento, dada a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva, causa de extinção da punibilidade, tendo sido acolhida pelo Juízo a promoção de arquivamento.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) será possível a retomada futura das investigações, desde que haja notícia da existência de prova nova.
- b) não será possível a retomada futura das investigações
- c) não será possível a retomada futura das investigações, salvo se houver requerimento da vítima, mesmo sem novas provas.
- d) será possível a retomada futura das investigações, ainda que sem notícia de prova nova
- e) será possível a retomada futura das investigações, desde que haja autorização judicial

46. José foi vítima de um crime de ação penal pública condicionada à representação, tendo oferecido representação verbal perante o delegado de polícia. Instaurado o inquérito policial, foram realizadas diversas diligências investigatórias. Encerrado o inquérito policial, o membro do MP recebeu os autos do IP, mas não ofereceu a denúncia dentro do prazo legal, embora tenha requisitado a realização de novas diligências.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A vítima não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública
- b) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, sem prazo para tal
- c) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar da ciência da autoria.
- d) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar da data do fato criminoso.
- e) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar do esgotamento do prazo para o MP.

47. Joana foi vítima de um crime de ação penal privada, em tese praticado por Pedro e José. Após descobrir a autoria delitiva, Joana ajuíza a queixa-crime em face de Pedro, mas decide não ajuizar queixa-crime em face de José, pois este possui dois filhos pequenos.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) deverá a queixa-crime em desfavor de Pedro ser regularmente recebida, pelo princípio da oportunidade
- b) o Juiz deverá intimar o MP para que inclua José como réu no processo
- c) deverá a queixa-crime em desfavor de Pedro ser regularmente recebida, pelo princípio da divisibilidade
- d) houve renúncia em favor de José, que se estende a Pedro, motivo pelo qual a queixa-crime em desfavor de Pedro não deve ser recebida pelo Juízo
- e) houve perdão em favor de José, que se estende a Pedro, motivo pelo qual a queixa-crime em desfavor de Pedro não deve ser recebida pelo Juízo

48. Ricardo caminhava pela rua quando foi abordado por José, que, munido de uma faca, exigiu a entrega do celular da vítima, mediante grave ameaça. Ricardo entrega o celular, mas ainda assim leva uma facada no abdome. Uma viatura da polícia passa pelo local alguns segundos depois e vê Ricardo caído. Ricardo narra o ocorrido e imediatamente os policiais iniciam perseguição ao infrator, que acaba capturado logo após a infração em um matagal próximo ao local do crime.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) não houve situação válida de flagrante, motivo pelo qual a prisão foi ilegal
- b) houve flagrante urdido
- c) houve flagrante impróprio ou quase flagrante
- d) houve flagrante próprio
- e) houve flagrante presumido ou ficto

49. Sobre a prisão preventiva, assinale a alternativa correta:

- a) para a decretação da prisão preventiva é necessário que haja prova da materialidade e da autoria delitiva.
- b) A prisão preventiva é cabível para a garantia da ordem pública, quando se tratar de crime cuja pena máxima seja superior a 02 anos.
- c) A prisão preventiva é cabível para preservar a instrução processual, quando se tratar de reincidente em crime culposo.
- d) A prisão preventiva será cabível mesmo se restar comprovado nos autos que o agente atuou amparado por excludente de ilicitude.
- e) A prisão preventiva será cabível em caso de descumprimento de medida cautelar diversa da prisão.

50. No rito especial previsto para o processo e julgamento dos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará:

- a) a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 10 dias.
- b) a notificação do acusado, para apresentar justificção preliminar, em 05 dias.
- c) a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 10 dias.
- d) a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 15 dias.
- e) a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 15 dias.

51. No rito do Júri, é correto afirmar que o Juiz deverá impronunciar o acusado quando:

- a) estiver convencido de que há prova da materialidade e indícios suficientes de autoria
- b) não estiver convencido de que haja prova da materialidade e indícios suficientes de autoria
- c) ficar provado que o fato não ocorreu
- d) ficar provada a existência de causa de extinção da punibilidade
- e) ficar provada a existência de causa de isenção de pena

52. Sobre o habeas corpus, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a petição de habeas corpus deverá conter a assinatura do paciente.
- b) a petição de habeas corpus deverá conter o nome de quem exercer a violência, coação ou ameaça.
- c) a petição de habeas corpus deverá conter a assinatura do impetrante ou de alguém a seu rogo, quando não souber ou não puder escrever.
- d) a petição de habeas corpus deverá conter a declaração da espécie de constrangimento ou, em caso de simples ameaça de coação, as razões em que funda o seu temor.
- e) O habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa, física ou jurídica, bem como pelo Ministério Público

LEGISLAÇÃO

53. Acerca da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ e dos conceitos correlatos às suas atividades, nos termos da CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assinale a alternativa que contém o conceito CORRETO, dado pela norma.

- a) Memorando - instrumento que estabelece a comunicação externa entre os agentes da Administração, podendo conter solicitações, recomendações ou informações.
- b) Ofício - instrumento que estabelece comunicação exclusivamente externa, com agentes que não integram a estrutura administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, podendo conter solicitações, recomendações ou informações
- c) Certidão - instrumento pelo qual a administração afirma a existência de fatos ou de situações que constam de assentamentos públicos, bem como emite juízos de valor relativos a esses fatos.
- d) Declaração - instrumento de afirmação da existência de uma situação ou de um fato, segundo a constatação do agente declarante que consta de qualquer livro, pastas ou documentos em poder da Instituição.
- e) Atestado - instrumento destinado à comprovação, mediante valorção do agente, de situação ou de fato transeunte concernente à Administração, mas que não consta de qualquer livro, pastas ou documentos em poder da Instituição.

54. O Juiz encarregado da correição verificará, no âmbito dos serviços judiciais que lhe foram designados e de acordo com a finalidade para a qual foi instaurada, se:

- a) consta a prática de erro ou abuso que deva ser emendado, corrigido, evitado ou punido, no interesse e na defesa do réu.
- b) estão sendo cumpridos os atos normativos expedidos pelos órgãos da administração penitenciária superior.
- c) a serventia é mantida em perfeitas condições de conservação, limpeza e higiene, com os procedimentos, livros e demais documentos devidamente classificados e guardados;
- d) são recolhidas diretamente no balcão de atendimento as custas e emolumentos.
- e) são cumpridas as ordens administrativas.

55. São normas de procedimento básico nas correições extraordinárias, EXCETO:

- a) lavratura de atas e termos de todos os atos praticados.
- b) designação de outro juiz, pelo Juiz Responsável pela correição, para secretariar os trabalhos.
- c) publicação pelo DJERJ e comunicação por ofício aos órgãos locais do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil, por ocasião da instauração da correição, para que apresentem reclamação, notícia de irregularidades ou sugestão.
- d) elaboração de relatório minucioso e conclusivo da correição, apresentando sugestões, devidamente assinado pelo Juiz Presidente e demais membros da comissão, com as respectivas identificações, endereçado ao Corregedor-Geral da Justiça.
- e) no prazo máximo de 10 (dez) dias, poderá ser encaminhada cópia do relatório mencionado no inciso anterior ao Juiz de Direito e ao Escrivão Chefe de Serventia, facultando a estes manifestarem-se sobre o mesmo, no prazo de 05 (cinco) dias.

56. Acerca do horário de trabalho, nos termos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro, é CORRETO afirmar que

- a) Regra geral, as serventias judiciais funcionarão em todo o Estado, para atendimento ao público, das 10h às 18h.
- b) As Varas da Infância e da Juventude funcionarão, para atendimento ao público, no horário das 08h às 18h, com duas horas a mais de expediente interno, a critério do Juiz, atendidas as peculiaridades locais, com anuência da Corregedoria Geral da Justiça.
- c) Os Juizados Especiais e Adjuntos funcionarão, para atendimento ao público, no horário das 10h às 18h.
- d) Os Comissários de Justiça, psicólogos e assistentes sociais, não poderão ter sua escala definida pela autoridade judiciária, devendo ser obedecido o horário da regra geral.
- e) Nos casos em que o Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso, Psicólogos e Assistentes Sociais, sem a chancela do juiz, exercerem sua atividade em dias em que não haja expediente forense, deverá ser aberto espaço no livro de ponto, referente àquela data, para assinatura do servidor, que deverá colocar o horário de início e final da atividade, conforme constante no relatório apresentado ao Juízo.

57. Acerca do recolhimento de custas, assinale a alternativa correta, com base na Consolidação Normativa da CGJ.

- a) Devem ser observados por todos os Serventuários os atos administrativos relativos a custas, editados exclusivamente pela Corregedoria Geral da Justiça.
- b) Requerido o cumprimento da sentença, a certificação da taxa judiciária terá o valor de 2% do valor dado à causa inicialmente
- c) O valor da taxa judiciária recolhido na fase cognitiva será abatido do valor devido na fase de execução, devidamente atualizado
- d) Eventual diferença entre os valores da taxa judiciária na fase de execução e conhecimento deverá ser recolhida de imediato pelo executado.
- e) Em qualquer hipótese, as custas devidas deverão ser pagas imediatamente após à prática do respectivo ato, ressalvada a gratuidade de justiça e os casos expressamente previstos em lei, sob pena de ser tornado o ato sem efeito por decisão do juiz.

58. Ainda sobre o recolhimento de custas, assinale a alternativa INCORRETA, com base na Consolidação Normativa da CGJ.

- a) O serventuário deverá certificar o correto recolhimento das custas e taxa judiciária, indicando de imediato eventuais valores faltantes. Incorrendo em dúvida deverá fundamentá-la e submetê-la à apreciação do Juiz em exercício, a quem incumbirá a análise da incidência e do recolhimento das verbas no caso concreto.
- b) Nos feitos ajuizados a partir de 1º de janeiro de 2004, em que sejam autores a União Federal, os demais Estados da Federação ou o Distrito Federal, deverá ser verificado se consta declaração idônea que comprove que tais entes praticam a reciprocidade de isenção de taxa judiciária em favor do Estado do Rio de Janeiro, nos termos da parte inicial do parágrafo único do artigo 115 do Código Tributário Estadual.
- c) Nos feitos ajuizados a partir de 1º de janeiro de 2004, em que sejam autores quaisquer Municípios do Brasil deverá o Município, para usufruir do benefício contido no art. 115 do Código Tributário Estadual comprovar, no momento da distribuição da cada ação judicial, a existência e eficácia de lei municipal que configure igual tratamento tributário por parte do Município requerente ao Estado do Rio de Janeiro, nos termos da parte inicial do parágrafo único do artigo 115 do Código Tributário Estadual.
- d) Ao certificar a taxa judiciária, o serventuário observará que a reciprocidade de que trata o artigo 115 do Código Tributário Estadual não abrange os Municípios que figurarem no pólo passivo da relação processual, bem como as autarquias federais e municipais em qualquer hipótese.
- e) As custas referentes aos feitos judiciais de competência originária do Primeiro Grau de Jurisdição serão pagas pelo vencido após a prolação da sentença e seu trânsito em julgado.

59. Acerca da expedição de certidões pelas serventias judiciais, elas fornecerão certidão escrita, relativa ao ajuizamento ou processamento de feito, observadas as disposições legais.

Ressalvado o disposto em lei ou norma regulamentar, das certidões constarão, EXCETO:

- a) denominação, telefone e endereço de correio eletrônico da serventia.
- b) finalidade alegada no requerimento;
- c) especificação do assunto certificado;
- d) data da expedição da certidão.
- e) o endereço da serventia.

60. De acordo com a consolidação normativa, nas serventias em que haja processamento eletrônico, a responsabilidade pela fidedignidade dos dados é pessoal, bem como a utilização do sistema.

Ao Chefe de Serventia caberá, ademais, EXCETO:

- a) designar servidores para a operação dos serviços informatizados, segundo as necessidades cartorárias, de modo a prover a adequada utilização do equipamento.
- b) Indicar o pessoal a ser cadastrado no sistema, com o respectivo nível de acesso.
- c) indicar o servidor que, no âmbito da serventia, gerenciará o sistema, o consumo de material e a comunicação de interrupções, defeitos ou outros impedimentos à sua plena utilização.
- d) providenciar o correto cadastramento no sistema de todos os feitos, judiciais, exceto os administrativos, que devem ser mantidos na forma física.
- e) comunicar ao Juiz de Direito a que estiver vinculado, bem como ao órgão de informática e à Corregedoria-Geral da Justiça, os fatos que impeçam a plena utilização do sistema.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-07-03>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE